

PORTARIAS DE 1º DE MARÇO DE 2005

O Diretor-Geral do Ministério Público do Trabalho, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 279, de 06 de setembro de 1991, resolve:

Nº 70 - Dispensar, a pedido, o servidor RAUL NETO DA SILVA, matrícula 6001081-9, Técnico de Apoio Especializado, código TC-204.00, classe C, padrão 15, de Função Comissionada, código FC-2, da Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região/RN.

O Diretor-Geral do Ministério Público do Trabalho, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 279, de 06 de setembro de 1991, resolve:

Nº 71 - Designar o servidor EDILSON TAVARES DE FRANÇA, matrícula 6002609-X, Técnico Administrativo, código TC-201.00, classe A, padrão 02, para exercer Função Comissionada, código FC-2, na Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região/RN, em vaga criada pela Lei 8.671/93, transformada pela Lei 9.953/00.

O Diretor-Geral do Ministério Público do Trabalho, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 279, de 06 de setembro de 1991, resolve:

Nº 72 - Dispensar o servidor JOÃO PAULO DOS SANTOS NOGUEIRA, matrícula 6001792-9, Analista Processual, código AN-101.00, classe C, padrão 15, de Função Comissionada, código FC-2, da Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.

O Diretor-Geral do Ministério Público do Trabalho, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 279, de 06 de setembro de 1991, resolve:

Nº 73 - Designar a servidora CRISTINA LOPES DE SOUZA, matrícula 6001126-2, Técnico Administrativo, código TC-201.00, classe C, padrão 15, para exercer Função Comissionada, código FC-2, na Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ, em vaga criada pela Lei 8.671/93, transformada pela Lei 9.953/00.

JOSÉ NORBERTO PINHEIRO DE OLIVEIRA

PROCURADORIAS REGIONAIS
3ª REGIÃO

PORTARIA Nº 22, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2005

A PROCURADORA-CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe o Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979 e o Decreto 86.377, de 17 de setembro de 1981, resolve:

- 1) Delegar competência à Secretária Regional e, na sua ausência, à sua substituta legal, para a prática dos seguintes atos, relativos a ordenação de despesas:
 - a) assinar ordens bancárias;
 - b) autorizar a emissão de empenhos e assiná-los;
 - c) assinar processos de movimentos diários no SIAFI;
 - 2) Estabelecer que a presente delegação está limitada aos valores contratados ou, se for o caso, estimados, para cada despesa previamente autorizada. Portanto, na hipótese de qualquer alteração dos valores dos preços a serem pagos, as assinaturas caberão à Procuradora-Chefe ou seu substituto legal;
 - 3) A responsabilidade pelo setor financeiro, quanto aos atos acima, ficará, doravante, ao encargo da Chefe da Seção de Orçamento e Finanças;
 - 4) A presente delegação não envolve a perda dos correspondentes poderes da Delegante, sendo-lhe facultado, quando entender conveniente, exercê-los sem prejuízo da validade da subdelegação.
 - 5 - Ficam os responsáveis acima obrigados a apresentar perante a Procuradora-Chefe a relação de todos os pagamentos efetuados por esta delegação.
- Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

MARILZA GERALDA DO NASCIMENTO

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR

PORTARIA Nº 69, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2005

A PROCURADORA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no artigo 124, inciso XIII, alínea "c" da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Designar o Doutor LUÍS ANTONIO GRIGOLETTO, Promotor da Justiça Militar, lotado na PJM/Brasília/DF, para, sem prejuízo de suas demais atribuições legais, requisitar a instauração de Inquérito Policial Militar a fim de apurar os fatos noticiados nos autos do Procedimento de Diligência Investigatória Criminal 30/04 (Prot. MPM 0765/04/DDJ), oriundos da Procuradoria da Justiça Militar em Brasília/DF, e, ao final, requerer o que entender de direito.

MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES

Tribunal de Contas da União

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 433, DE 2 DE MARÇO DE 2005

O SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no inciso XXXVI do artigo 1º da Portaria-TCU nº 13, de 3 de janeiro de 2005, resolve:

DESIGNAR o Analista de Controle Externo (Área Controle Externo) LUIZ AUGUSTO IAMASSAKI FIORENTINI, Matrícula 2866-5, para exercer, na 1ª Diretoria Técnica da Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina/SEGECEX, a função de confiança de Diretor, Código FC-4, constante da Resolução-TCU nº 147, de 28 de dezembro de 2001.

MAURO MOREIRA BARBOSA

PORTARIA Nº 438, DE 2 DE MARÇO DE 2005

O SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no inciso XXXVI do artigo 1º da Portaria-TCU nº 13, de 3 de janeiro de 2005, resolve:

DESIGNAR o Analista de Controle Externo (Área Controle Externo) JORGE LUIZ DE MORAES FONSECA, Matrícula 3502-5, para exercer, na Secretaria de Controle Externo no Estado do Acre/SEGECEX, a função de confiança de Assessor, Código FC-3, constante da Resolução-TCU nº 147, de 28 de dezembro de 2001.

MAURO MOREIRA BARBOSA

Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PORTARIA Nº 26, DE 1º DE MARÇO DE 2005

O PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no inciso II do artigo 9º e no inciso II do artigo 35 da Lei nº 8.112/90, bem como nos artigos 110 e 112 do Regulamento da Secretaria, resolve:

Art. 1º Exonerar, a pedido, Paulo Roberto Ningeleski, Analista Judiciário, Área Serviços Gerais, Segurança Judiciária, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, do cargo em comissão de Coordenador de Segurança e Transporte, nível CJ-2, da Secretaria de Administração e Finanças.

Art. 2º Nomear Laumar José Braga para exercer o cargo em comissão de Coordenador de Segurança e Transporte, nível CJ-2, da Secretaria de Administração e Finanças.

MINISTRO NELSON JOBIM

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PORTARIA Nº 138, DE 2 DE MARÇO DE 2005

O VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA, no uso de suas atribuições, resolve

AUTORIZAR a prorrogação da cessão ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul da servidora JAQUELINE NOBRE BASTOS, Técnica Judiciária, Área Administrativa, sem prejuízo de seus vencimentos e demais vantagens, até 4 de março de 2006.

MINISTRO CARLOS VELLOSO

PORTARIA Nº 139, DE 2 DE MARÇO DE 2005

O VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA, no uso de suas atribuições, resolve

AUTORIZAR a prorrogação da cessão ao Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, do servidor VICENTE DE PAULO RAMOS DA SILVA, Técnico Judiciário, Área Administrativa, sem prejuízo de seus vencimentos e demais vantagens, até 2 de março de 2006.

MINISTRO CARLOS VELLOSO

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ATO Nº 33, DE 2 DE MARÇO DE 2005

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 21, XXVI, do Regimento Interno e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo 1250/2005, resolve:

CONCEDER pensão vitalícia às Sras. Edna José dos Santos de Castro e Jaciléa Ribeiro, respectivamente, viúva e ex-esposa pensionada do servidor aposentado deste Tribunal Erol Luiz Lobão de Castro, matrícula S004566, falecido em 16 de fevereiro de 2005, e pensão temporária a Igor Santos Lobão de Castro, filho do referido servidor, com fundamento no art. 40, § 7º, I, da Constituição Federal de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 2º, I, da Lei 10.887, de 18 de junho de 2004, combinados com os arts. 217, I, "a" e "b", e II, "a", e 218, § 2º, da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com efeitos retroativos à data do falecimento.

MINISTRO EDSON VIDIGAL

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

PORTARIA Nº 7, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2005

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 9º da Resolução nº 225, de 09 de outubro de 2000, com a redação dada pela Resolução nº 283, de 15 de outubro de 2002, resolve:

Colocar à disposição do Superior Tribunal de Justiça, pelo prazo de doze meses, a partir de 1º de março de 2005, a servidora VIRGÍNIA CORDEIRO BARACUÍ, Técnico Judiciário, Classe "A", Padrão 05, do Quadro de Pessoal do Conselho da Justiça Federal, para o exercício de Função Comissionada, com fundamento no artigo 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e na Resolução nº 225, de 09 de outubro de 2000.

MINISTRO EDSON VIDIGAL

PORTARIA Nº 9, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2005

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta no P.A. nº 2005161025, resolve:

EXONERAR, a pedido, a servidora MARIA DO SOCORRO SOUSA BARBOSA do cargo de Técnico Judiciário, Área Judiciária, Classe "C", Padrão 15, do Quadro de Pessoal do Conselho da Justiça Federal, nos termos dos artigos 33, inciso I e 34, caput, da Lei nº 8.112/90, c/c o art. 5º, inciso I, alínea "a" da Resolução nº 284, de 15 de outubro de 2002, com efeitos a partir de 31 de janeiro de 2005.

MINISTRO EDSON VIDIGAL

PORTARIAS DE 2 DE MARÇO DE 2005

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Nº 010/2005 - EXONERAR a servidora SOFIA FERREIRA DE OLIVEIRA VIEIRA, Técnico Judiciário, Classe "C", Padrão 15, matrícula 220, do Cargo em Comissão de Coordenador de Programas Educacionais em Parcerias, Código CJ-1, da Secretaria de Ensino do Centro de Estudos Judiciários.

NOMEAR a servidora MÔNICA LACERDA DE MEDEIROS SALGADO, Técnico Judiciário, Classe "C", Padrão 15, matrícula 296, para exercer o Cargo em Comissão de Coordenador de Atendimento ao Juiz Federal, Código CJ-1, da Subsecretaria de Informação Documental e Pesquisas da Secretaria de Pesquisa e Informação Jurídicas do Centro de Estudos Judiciários.

Nº 011/2005 - EXONERAR, a pedido, o servidor ALBERTO VALE DE PAULA, matrícula 122, Analista Judiciário, Classe "C", Padrão 15, do Cargo em Comissão de Coordenador de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas, CJ-1, da Subsecretaria de Sistemas da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação.

MINISTRO EDSON VIDIGAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL
1ª REGIÃO

ATO Nº 163, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2005

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do P.A. nº 1.012/2005-TRF, RESOLVE:

DECLARAR VAGO o cargo da categoria funcional de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Nível Intermediário, Classe "A", Padrão 01, do Quadro de Pessoal da Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária do Estado da Bahia, ocupado pela servidora FELÍCIA CARVALHO MACHADO, em decorrência da sua posse em outro cargo inacumulável, nos termos do art. 33, VIII, da Lei nº 8.112/90, a partir de 17/12/2004.

Des. Federal ALOÍSIO PALMEIRA LIMA

ATO Nº 164, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2005

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: